

# Escrita da história, diplomacia, sociabilidades e circulação de ideias entre o Brasil e o Prata: Mitre, Lamas, Paranhos e o Instituto histórico e geográfico brasileiro (1840-1870)

Barcelos Ribeiro da Silva, Ana Paula

**Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Claves. Revista de Historia  
Universidad de la República, Uruguay  
ISSN-e: 2393-6584  
Periodicidade: Semestral  
vol. 9, núm. 17, 2023  
revistaclaves@fhuce.edu.uy

Recepção: 18 Abril 2023  
Aprovação: 15 Agosto 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/241/2414430006/>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento Pela Mesma Licença.

**Resumen:** En este artículo analizamos las trayectorias, ideas y conexiones entre tres agentes políticos y diplomáticos del siglo XIX: el argentino Bartolomé Mitre, el uruguayo Andrés Lamas y el brasileño José Maria da Silva Paranhos. Se destacan sus redes de sociabilidad y las experiencias que los unieron, como la vivencia en Montevideo, las misiones diplomáticas, la guerra y los proyectos históricos en el Plata. A partir de un proceso de intercambio y circulación de ideas, estos actores son entendidos como centrales en la construcción de diálogos entre sus países en un momento todavía de indefinición de las fronteras y nacionalidades. Consideramos el vínculo con el IHGB, institución a la que pertenecían, como un eje importante que los une. Desde esta reflexión, destacamos también el acercamiento entre la escritura de la historia y la diplomacia en el período. Utilizamos como fuentes correspondencias intercambiadas entre ellos, publicaciones periódicas y algunos de sus textos.

**Palabras clave:** IHGB, escritura de la historia, diplomacia, sociabilidades.

**Abstract:** In this article we analyze the trajectories, ideas and connections between three political and diplomatic agents of the 19th century: the Argentinian Bartolomé Mitre, the Uruguayan Andrés Lamas and the Brazilian José Maria da Silva Paranhos. We highlight their sociability networks and the experiences that approached them, such as living in Montevideo, diplomatic missions, the war and historical studies in the Plata. Based on a process of exchange and circulation of ideas, these actors are understood as central in building dialogues between their countries at a time when borders and nationalities are still undefined. The link with the IHGB, the institution to which they belonged, is considered an important link that relates them. From this reflection, we also highlight the approximation between the writing of history and diplomacy in the period. As sources, we use correspondences exchanged between them, periodicals and some of their texts.

**Keywords:** IHGB, history writing, diplomacy, sociabilities.

## 1. Introdução

Neste artigo analisamos a relação entre política, diplomacia e escrita da história a partir do intercâmbio entre três destacados agentes políticos e diplomáticos do século XIX: o argentino Bartolomé Mitre (1821-1906), o uruguaio Andrés Lamas (1817-1891) e o brasileiro José Maria da Silva Paranhos (1819-1880). A partir de um intercâmbio marcado pelas tensas questões políticas e diplomáticas de meados do Oitocentos no Brasil e no Prata, estes sujeitos históricos atuaram ativamente nos processos de construção dos Estados nacionais em seus países, na diplomacia sul-americana, na construção de uma historiografia e na fundação de instituições históricas. No período analisado, temas como fronteiras, tratados e acordos de paz mobilizaram a diplomacia da região e a história era frequentemente convocada como instrumento de ação política, já que contribuía para a definição e a defesa de territórios em um contexto de construção de uma ideia de nação e de nacionalidade.

Pensados de forma conectada, a partir da abordagem de Carlos Altamirano (2008), estes agentes são entendidos como importantes na construção de diálogos entre seus países em um momento ainda de indefinição das nacionalidades, de conflitos e de disputas territoriais. Segundo o autor, no caso ibero-americano, os intelectuais se constituem no espaço urbano e em âmbito nacional, mas, ao mesmo tempo, possuem redes que ultrapassam essa esfera. Estes sujeitos estão conectados entre si por instituições, círculos, revistas e movimentos. Por esta razão, seria importante pensar suas posições no espaço social, suas associações e os embates nos quais atuavam, bem como as redes de sociabilidade constituídas. Afinal, eles formam grupos, redes e sociedades através dos quais disputam espaço e reconhecimento.

Nesta perspectiva, partimos ainda de um processo de intercâmbio e de circulação de ideias que relaciona os países da região, de modo a romper com uma perspectiva de isolamento, apesar das rivalidades. Carlo Ginzburg (2004) contribui em termos de método ao acompanhar os caminhos percorridos por pensadores e artistas na produção de conhecimento, costurando leituras, viagens, correspondências e contatos pessoais. Aplicamos este procedimento, com adequações, à análise da tríade Mitre, Lamas e Paranhos. Perguntamo-nos como e quais ideias circulavam entre eles, bem como as influências que tiveram no desenvolvimento de instituições dedicadas à história no Prata e na mobilização de um campo historiográfico pela diplomacia de seus países. Ademais, pensamos o quanto estas ideias eram importantes em termos de definição de territórios e de reflexões históricas que ajudassem a solucionar as questões do Prata no próprio IHGB. Conectados estes homens faziam circular as ideias na região. Ganham destaque as redes de sociabilidade, como vimos, e as experiências que os aproximaram, como as negociações diplomáticas, o período em Montevideu, as guerras, a maçonaria e a escrita da história na região do Prata.

No processo de formação dos Estados nacionais ibero-americanos ao longo do século XIX, a história e a diplomacia exerceram importantes papéis. Diretamente relacionados, estes campos de atuação forneceram subsídios que contribuíram com a legitimação das próprias ideias de nação e nacionalidade e definiram fronteiras e territórios. Através da diplomacia, historiadores reuniam documentos e mapas de diferentes origens. Através da história, diplomatas,

que muitas vezes eram também historiadores, encontravam fundamento para acordos, missões e negociações territoriais. A inserção em ambas as esferas ainda contribuía para o fortalecimento de suas redes de sociabilidade, o que os consolidava intelectual e politicamente. Lamas e Mitre possuem papel fundamental no desenvolvimento de uma história nacional em seus países, na compilação de documentos, na organização de acervos e na fundação de instituições históricas. Paranhos não apresentou uma atuação como produtor de conhecimento histórico, mas foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e teve participação ativa na elaboração do novo estatuto de 1851 no qual o tema dos limites territoriais ganhava destaque como parte de um projeto nacional. Lembramos que o reconhecimento do território foi preocupação da instituição desde a sua fundação em 1838, o que pode ser observado na própria *Revista do IHGB* na qual, entre outros temas, projetavam-se estudos sobre viagens de reconhecimento do território. A partir da década de 1850, a produção do IHGB sobre limites e fronteiras teve crescimento acentuado, seguindo os interesses do Império que voltava sua atenção especialmente para a questão. Assim, era forjada uma diplomacia imperial legitimada pela história. O Instituto colaborou com estudos sobre a demarcação de fronteiras. Ao mesmo tempo, nele eram fortalecidos importantes laços políticos que perpassavam a política externa imperial.

Deste modo, na reflexão proposta, o IHGB surge como um importante local de sociabilidade ao qual todos se vinculavam e no qual atuavam ou buscavam inspiração para suas ações históricas e diplomáticas em seus países. Central no século XIX, a associação inspirou diferentes projetos historiográficos no Rio da Prata, com a produção de publicações, a organização de acervos e a fundação de instituições históricas congêneres. Por esta razão, os agentes elencados e seus vínculos com o Instituto servirão como eixo principal que conduz a análise na tentativa de sustentar a importância de se pensar a história do Brasil e dos países do Prata de forma relacional, bem como a complementariedade das reflexões históricas e diplomáticas em um contexto no qual territórios e identidades ainda demandavam definição.

## 2. Mitre, Lamas e Paranhos: Conflitos políticos no Prata

Os três agentes políticos e diplomáticos analisados neste artigo tiveram atuações de destaque em seus países. Bartolomé Mitre foi militar, historiador e presidente da Argentina entre 1862 e 1868. Filho de pai montevideano, viveu em Montevideu desde o início dos anos 1830 até meados da década de 1840. Ali conheceu Lamas que se tornou um dos seus principais interlocutores. Fundador de importantes instituições históricas, também atuou diplomaticamente na negociação de territórios paraguaios com o Brasil após a guerra na década de 1870. Principal representante dos liberais unitários na Argentina, foi ator fundamental em sua vitória em 1861 e fundador do jornal *La Nación* em 1870. Andrés Lamas foi advogado, historiador e diplomata. Iniciou sua atuação na imprensa, em 1834, no jornal *El Nacional*, fazendo oposição ao governo de Manuel Oribe. Filho de Luis Lamas, político do Partido Colorado, sua casa em Montevideu se tornou ponto de encontro intelectual frequentado por exilados do governo Rosas, entre eles o próprio Mitre. Esteve exilado no Rio de Janeiro, entre agosto e dezembro

de 1836, e atuou como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil entre 1847 e 1862. Próximo a proeminentes figuras do Império, foi acusado de subserviência diante dos interesses brasileiros no Prata. José Maria da Silva Paranhos foi eleito, em 1845, para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Neste momento, vinculava-se ao Partido Liberal. No entanto, em 1853, foi eleito deputado da Assembleia Geral pelo Partido Conservador. Também no início da década de 1850, escreveu a sessão «Ao amigo ausente» no *Jornal do Commercio* na qual defendia a política externa do Visconde do Uruguai no Prata. Isto lhe rendeu o convite de Honório Hermeto Carneiro Leão para acompanhá-lo como secretário em missão na região. Entre seus principais cargos diplomáticos, estão: Ministro residente em Montevideú, em 1852; chefe de legação em missões nas Repúblicas da Argentina, Uruguai e Paraguai, entre 1852 e 1869; e colaborador na organização do governo provisório do Paraguai, em 1870. Postos diretamente vinculados, portanto, à atuação no Prata. Entre outros cargos ministeriais, foi ainda Ministro de Negócios Estrangeiros entre 1855 e 1856, 1858 e 1859, em 1861, e entre 1868 e 1869; e presidente do Conselho de Ministros, entre 1871 e 1875.

Além destes cargos e funções, os três foram também membros do IHGB e viveram a conjuntura de tensões políticas na região do Prata entre as décadas de 1840 e 1870 que teve como marco a Guerra Grande (1839-1851) e a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). A primeira delas, sobretudo, influenciou em muito o trabalho intelectual na região. Por esta razão, refletir acerca das suas atuações na escrita da história no período requer antes um olhar sobre questões conjunturais que condicionavam suas ações políticas e motivavam suas reflexões históricas amplamente voltadas para a construção das nações e da unidade nacional.

Rubens Ricupero (2017) sintetiza o contexto então vivido nos três países. A Argentina se encontrava dividida entre os partidos Federal e Unitário, o Uruguai entre os partidos Blanco e Colorado. Juan Manuel de Rosas, que havia consolidado seu domínio na Argentina a partir de 1835, intervinha no Uruguai em favor do blanco Manuel Oribe, contra os colorados Fructuoso Rivera e Joaquín Suárez. Considerado tirano por Mitre, Lamas e Paranhos, Rosas foi combatido por eles e muitos dos seus contemporâneos que buscaram exílio em outros países e se empenharam numa ação política e intelectual manifestada em seus trabalhos e na imprensa. Lamas e Mitre, que vivia neste momento em Montevideú, manifestaram duras críticas a Rosas no jornal *El Nacional*. Ainda que muitos artigos não sejam assinados por eles, refletiam suas posições e de seus pares de oposição a Rosas e a Oribe.

Em artigo de 06 de agosto de 1839, o jornal pergunta quem seria o inimigo da República Oriental e qual a causa dos seus males. Em resposta, afirma que todas as desavenças contra o país estariam situadas em Buenos Aires e Rosas as estimularia. Sobre Rosas, o define como «tirano sangrento» e «agitador perpetuo». O texto também critica Oribe por sua proximidade com Rosas e por ter se tornado «un instrumento de represión política» (*El Nacional* 1839). Ao apoiar Oribe, Rosas teria dado um golpe de morte na independência uruguaia, tornando o país dependente de Buenos Aires. Em 26 de março de 1840, o jornal publica artigo intitulado «Rosas y los cadáveres». Nele o ditador argentino é chamado de «tirano» e «homicida», sendo acusado de insultar os mortos. Em diferentes

edições do *El Nacional*, Rosas aparece em artigos, efemérides e folhetins como «degolador», «assassino» e «opressor».

Em 14 de setembro de 1853, em seguida à queda de Rosas, o jornal reaparecia após um tempo fechado em razão da conjuntura política. Na coluna intitulada «Prospecto», o redator diz que o jornal seguirá um defensor incansável da independência da República «y colocará en su verdadero lugar a los que se ligaron a Rosas, santificaron todos sus crímenes, y trabajaron diez años por dar a esta hermosa tierra los beneficios del sistema de sangre y barbarie, que dieron tan funesta celebridad a ese tirano» (*El Nacional* 1853). Além disso, seguindo o posicionamento de Lamas, faz a defesa da aproximação com o Brasil e demonstra amizade com a Argentina e gratidão à França que interferira na guerra contra Rosas:

En lo que hace a nuestras relaciones con el extranjero el «Nacional» sostendrá la necesidad de la alianza con el Brasil, basándola en la leal ejecución de los tratados que como un último servicio a la República celebró el gobierno de la defensa. La amistad a la República Argentina nuestra antigua hermana, la gratitud a la Francia nuestra generosa aliada, y el respecto debido á los derechos de las demás naciones, serán sostenidas y aconsejadas siempre por el «Nacional» como un deber de justicia, y como un medio de engrandecimiento para el país (*El Nacional* 1853).

Cabem aqui esclarecimentos sobre a aliança com o Brasil e os tratados aos quais o jornal se refere. Em 1851, o Império intervém contra Rosas e Oribe, tendo como aliados Urquiza, chefe federalista argentino, e os colorados uruguaios. A intervenção, que não era unanimidade, mas contava com o endosso do Imperador, resultou na derrota de ambos. Porém, segundo Ricupero (2017), o Império descobriria que as soluções encontradas naquele momento gerariam consequências que contribuiriam para a Guerra da Tríplice Aliança.

Estas soluções foram concretizadas em cinco tratados assinados no Rio de Janeiro por Lamas, representante do governo colorado, que naquele momento vivia no Brasil. A sobrevivência do Uruguai dependia em grande parte do apoio financeiro e militar do Império, o que levou a acordos desiguais entre as partes. Em síntese, os cinco tratados podem ser resumidos da seguinte forma: Tratado de aliança, que garantia apoio do Brasil ao governo e o direito de intervenção brasileira em assuntos internos uruguaios; Tratado de extradição, no qual o Uruguai se comprometia a devolver escravos brasileiros fugitivos; Tratado de prestação de socorros, em que o governo brasileiro outorgaria um subsídio mensal ao governo uruguaio; Tratado de comércio e navegação, que declarava comum a navegação no rio Uruguai e seus afluentes e concederia ao Brasil a cláusula de nação mais favorecida; Tratado de limites, que significava a renúncia aos territórios das Misiones orientais que, de acordo com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), seriam possessão espanhola (Nahum 97-98).

Para Benjamín Nahum, «los tratados de 1851 fueron motivo de permanente enfrentamiento entre blancos y colorados. Los primeros los consideraron atentatorios contra la soberanía nacional; los segundos argumentaron que hacía muchos años que los territorios perdidos estaban en poder de Brasil y que eran irrecuperables» (Nahum 98). Ainda de acordo com o autor, o fato é que os tratados foram de grande importância, definiram os limites com o Brasil, possibilitaram a ingerência do Império na política uruguaia, permitiram aos colorados se manterem na luta contra Oribe e Rosas e foram o preço que o Brasil

cobrou para entrar no conflito. Para Gerardo Caetano, «muchos decían que para el Uruguay se iniciava una «nueva Cisplatina», en referencia al notorio poder brasileño que volvía a hacerse presente en forma inocultable» (Caetano, *Historia mínima* 77). Deste modo, frequentemente a independência plena era desacreditada com o argumento de que o Estado uruguaio carecia de bases mínimas para assegurar a ordem interna — debate muito presente ao longo do século XIX, como veremos adiante—. Nos anos seguintes, o Império investe, entre outras metas, em manter controle direto sobre o Uruguai, em melhorar as formas de entendimento com a Argentina e em solucionar questões de limites com todos os vizinhos. Uma das principais personalidades a atuar nesta estratégia de paz e, ao mesmo tempo, no controle do Prata, foi José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco a partir de 1870 (Cervo; Bueno 31). Portanto, quando o *El Nacional* defende a aliança brasileira está defendendo Lamas e sua atuação como Ministro no Brasil, os colorados e os tratados considerados bastante prejudiciais aos uruguaios.

Muito criticado pela mediação dos Tratados de 1851, Lamas publicou, em 1855, no Rio de Janeiro, um manifesto intitulado *A sus compatriotas*. O manifesto apresentava tom anticaudilhistas, rejeitava divisões políticas e defendia a fusão e a criação de um partido de ideias. Projetava ainda mudanças na estrutura econômica, a reorganização da administração pública e reformas judiciais e militares, tendo como base a estreita aliança com o Brasil que, para Lamas, seria o único caminho possível para a estabilidade do país (Caetano, *Historia mínima* 84). Foi a partir deste manifesto que se conformou a chamada União Liberal e que Flores e Oribe encerraram suas disputas e firmaram o Pacto da União em 11 de novembro de 1855 (Caetano, *Historia mínima* 85). O manifesto, portanto, teve importante impacto político no período. Nele, Lamas se justifica quanto aos tratados de 1851. Logo no início declara:

Consagrado, hace largos años, a buscar en la Alianza-Brazilera un punto de apoyo, primero para salvar la independencia de mi Patria, después para fortificarla por los beneficios de la paz y de un orden regular, he soportado, con resignación y en silencio, la parte que me ha cabido en las contrariedades que ha encontrado esa buena obra (...). (Lamas, *A sus compatriotas* 3-4).

Critica que a aliança com o Brasil naquele momento estivesse em risco e o que chama de extravio da opinião pública. Coloca-se ainda como honrado pelos ataques sofridos:

He tenido el honor de que en mi persona fuese atacada la causa de la Alianza. Los que han supuesto malas y desleales intenciones al Brasil, me han supuesto instrumento suyo. Actos y palabras mías insidiosamente dislocadas, adulteradas en su sentido, arrojadas irregularmente a la circulación, han sido severamente juzgadas contra mí, contra las intenciones del Brasil, sin que los que conocían todos mis actos, todas mis palabras, creyesen deber de lealtad restablecer la verdad desconocida o ultrajada (Lamas, *A sus compatriotas* 4-5).

Diz que pretende restabelecer a verdade dos fatos e apresenta grande credulidade nas intenções do Brasil ao afirmar não conhecer um estadista brasileiro que não repelisse a ideia de incorporação do Estado Oriental ao Império. Todos eles saberiam da impossibilidade de juntar os dois países e das dificuldades internas e externas que isso traria. A experiência de 1851 teria

provado os interesses do Brasil «por actos de justicia, de generosidad y de benevolencia» (Lamas, *A sus compatriotas* 8). Refere-se à política brasileira como «pura» e «sincera». Critica, assim, a oposição ao Brasil: «Esa oposición inhábil ha contribuido a privar al país y a todo el Rio de la Plata de los beneficios positivos de la apariencia de la paz. Ha perjudicado al Rio de la Plata, lo ha debilitado. Esa oposición ha enervado la acción benéfica de la intervención Brasileira en el Estado Oriental» (Lamas, *A sus compatriotas* 11).

Mais adiante, afirma ter motivos para «depositar (...) una fé ciega, una confianza sin límite, en la inteligencia y en la lealtad de su política. Esta inteligencia y esa lealtad es la primera de las garantías de la nacionalidad oriental» (Lamas, *A sus compatriotas* 13). Em seguida, justifica as distinções recebidas do governo imperial:

El gobierno del Brasil, como gobierno inteligentísimo, sabe que la mejor de todas las bases, que la única base sólida, para los pueblos como para los hombres, és la verdad y la dignidad.

En mí encontré verdad y dignidad; le desagradé muchas veces, no lo engañé jamás.

He ahí, Orientales, el secreto de las distinciones que he merecido del gobierno imperial, de esas distinciones que se han interpretado tan siniestramente y que los hombres capaces de prostituirse han llamado prostitución (Lamas, *A sus compatriotas* 14).

Assim como no Uruguai, onde os conflitos foram muitos e sangrentos, havendo todo um investimento de Lamas na construção de unidade política e na defesa da viabilidade nacional (por ele entendida como vinculada ao Brasil), na Argentina o processo de construção nacional foi longo e também marcado pelo derramamento de sangue e pelo conflito entre federais e unitários. Em 1853 foi sancionada uma nova Constituição que falava em um Estado federativo composto por várias províncias ao mesmo tempo independentes e subordinadas a um governo geral criado por elas. O maior peso, no entanto, seria dado à nação. Não obstante, o conflito se mantém, porque a solução não contava com o apoio de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, Buenos Aires criou sua própria Constituição, em 1854, o que levou a um enfrentamento no qual diferentes facções disputavam o poder e a definição de vínculos com as demais províncias, que, por sua vez, buscavam a maior autonomia possível (Ferreira 2006). Em 1861, a batalha de Pavón encerra as disputas por hegemonia na construção do Estado nacional na Argentina. Na ocasião, Urquiza abandonou o conflito, facilitando a vitória de Mitre e das forças políticas de Buenos Aires. Com isto, o espaço político estatal foi unificado e, após eleições, Mitre tornou-se presidente da República Argentina, consolidando-se a via portenha para a organização nacional (Fradkin; Caravaglia 2011).

No Império brasileiro, este foi um período em que a política externa para a região assumiu caráter afirmativo, pois, como afirma Ricardo Salles (2013), entre 1852 e 1870, o Brasil buscou estabelecer seu domínio no Prata em meio a um projeto de construção de hegemonia externa. O marco inicial deste processo seria a intervenção militar contra Rosas. A vitória na Guerra da Tríplice Aliança teria sido o marco final neste projeto hegemônico. Segundo Gabriela Nunes Ferreira, se a construção da ordem imperial se deu, no plano interno, na primeira metade do século XIX, a partir da formação de um Estado centralizado, capaz de conter os conflitos e se sobrepor à esfera local, «a sua consolidação em meados

do século levou, no plano externo, a uma política intervencionista nos países vizinhos, destinada a completar o processo de construção do Estado nacional e garantir a segurança de suas instituições» (Ferreira 21). Por esta razão, a autora defende a necessidade de se pensar a relação do Império com seus vizinhos platinos que também enfrentavam um difícil processo de construção dos seus Estados nacionais. Afinal, estes países não saíram prontos de suas independências, apresentando frequentemente múltiplos e antagônicos projetos nacionais.

Cabe acrescentar que, para a autora, os processos históricos das Américas portuguesa e espanhola estavam imbricados, sobretudo na região do Prata. Desde o período colonial, este é um território marcado por disputas constantes que trouxeram consequências para o processo de formação dos Estados nacionais na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Isto inclui os conflitos pelo controle de Colônia do Sacramento desde o século XVII e, posteriormente, já no pós-independência, pela Província da Cisplatina, até 1828. Por sua localização estratégica, o Uruguai continuou sendo palco de muitas disputas entre Brasil e Argentina. Em meados do Oitocentos, a Argentina ainda era um conjunto de Estados autônomos, enquanto o Brasil já havia construído um Estado centralizado, mas algumas questões ainda estavam pendentes, sendo vistas como ameaças à segurança do Império e de suas instituições, entre elas a navegação nos rios da bacia do Prata e a delimitação de fronteiras com os países vizinhos. Quando assumiu na década de 1830, Rosas fechou o Rio da Prata. Além disso, seu projeto de reconstrução do Vice-Reino do Rio da Prata e o controle político da Confederação Argentina sobre os rios do Uruguai e do Paraguai representavam uma ameaça ao Império. Ou seja, o Brasil ainda era vulnerável em vários aspectos e aquele conturbado contexto platino e a incerteza quanto ao futuro desenho territorial da região traziam ameaças aos seus interesses. A consolidação do Estado Imperial dependia, em grande medida, do rumo seguido pelas repúblicas vizinhas (Ferreira 2006). Desta necessidade de consolidação resulta uma atuação mais direta em prol de um contexto favorável ao Império na região sob o comando, principalmente, de Paulino José Soares de Sousa (o Visconde do Uruguai), Ministro dos Negócios Estrangeiros, a partir de 1849. Seus objetivos, segundo Francisco Doratioto, «eram definir as fronteiras; obter a liberdade de navegação nos rios internacionais da região para os navios brasileiros e apoiar as independências do Paraguai e do Uruguai» (Doratioto 273). A política do Partido Conservador, então no poder, investiu em conter a Argentina e garantir a independência do Uruguai e do Paraguai. Por isso, interveio contra Rosas e Oribe.

As páginas até aqui dedicadas aos conflitos platinos justificam-se, portanto, pelo seu impacto na atuação dos agentes analisados, na criação de instituições históricas e no desenvolvimento de projetos historiográficos. Fabio Wasserman (2008) lembra que a queda de Rosas representara um marco para esta geração e para a renovação da vida pública na região. Segundo o autor, há aqui um antes e um depois com o surgimento de melhores condições historiográficas. Neste contexto, a perspectiva de formação dos Estados nacionais no presente e no futuro marca a escrita da história e a envolve por tensas questões políticas e diplomáticas. Como afirma Wasserman (2008), um historiador não resolveria estes conflitos ou seria capaz de criar uma ordem sócio-política estável. No entanto, muitos percebiam a importância de um relato histórico capaz de organizar a experiência local, dando sentido e direção ao momento em que viviam



e aos projetos futuros. À Mitre e Lamas bem coube essa tarefa. Paranhos, por sua vez, entendeu o papel da história na construção nacional e investiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a fim de defender e legitimar os interesses diplomáticos e territoriais brasileiros.

### 3. Os vínculos com o IHGB e a história nacional

José Maria da Silva Paranhos se tornou sócio do IHGB em 29 de outubro de 1847. A admissão de Andrés Lamas data de 31 de agosto de 1848 e a de Bartolomé Mitre, bem posterior, de 20 de novembro de 1871. Ainda que formalmente seu vínculo se desse décadas depois dos seus pares aqui destacados, Mitre manteve contato com a instituição desde a década de 1840, com mediação, inclusive, do próprio Lamas. Não apenas entre os brasileiros, mas também entre intelectuais estrangeiros, sobretudo sul-americanos, o IHGB representava um importante local de sociabilidade que viabilizava o acesso à política imperial e a uma sólida rede de intercâmbio de informações e documentos históricos. Afinal, muitas eram as relações entre a instituição e as decisões internas e externas do Império. Responsável por uma leitura do passado que legitimasse a dinastia de Bragança, o IHGB era apoiado e financiado pelo Imperador e construiu uma história nacional oficial que serviu de base para a construção de uma identidade nacional. No que se refere à política externa, Lúcia Paschoal Guimarães afirma que o IHGB «colaborou com o Ministério dos Estrangeiros, oferecendo subsídios para os estudos de demarcação de fronteiras» (L. Guimarães 21). Nele também foram reforçados laços políticos que perpassavam a política externa imperial, até porque importantes diplomatas do Império atuavam na instituição, como Varnhagen e o Visconde do Rio Branco.

Na década de 1850, como vimos período central na política platense com a intervenção contra Rosas e Oribe, a produção do Instituto sobre limites e fronteiras obteve grande crescimento, seguindo os interesses do governo e do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa. Foram publicados, então, diferentes estudos sobre as fronteiras com o Paraguai e o Uruguai, por exemplo, e a diplomacia imperial buscou cada vez mais legitimidade no conhecimento histórico. Em 1851, com o protagonismo de Paranhos, que realizou diversas interferências e alterações, foram elaborados os novos estatutos do IHGB nos quais o tema dos limites territoriais se fortalecia como parte de um projeto nacional. Foram, por exemplo, criados comitês subsidiários nas áreas de Geografia e História e a entrada deixou de ser por indicação, sendo necessária a apresentação de trabalhos sobre História, Geografia ou Etnografia do Brasil (Albuquerque 2019). Uma das questões nas quais Paranhos interferiu referia-se à forma de empréstimos de documentação por considerar que os sócios correspondentes também deveriam ter esse direito e não apenas os efetivos, o que ilustra sua preocupação com os membros de fora do Rio de Janeiro e do Brasil.

Desde a sua fundação, o IHGB possuía o projeto de escrita de uma história nacional formadora de uma identidade nacional e de um perfil para a nação brasileira que condissesse com um ideal de civilização europeu. Segundo Manoel Salgado Guimarães (1988), a história escrita no Instituto apresentava um sentido político-pragmático de construção da nação, retirando-se do passado exemplos para o presente e o futuro. A busca pela verdade histórica seria fundamentada no

uso de fontes documentais e a legitimidade da sua produção seria garantida pelo vínculo com instituições internacionais, sobretudo com o Instituto Histórico de Paris. A partir de 1839, suas ideias passam a ser compiladas e divulgadas por meio da *Revista do IHGB*, na qual ganham destaque a questão indígena, as viagens e expedições científicas e a história regional. Ainda de acordo com o autor, nessa construção identitária, os outros dos quais era preciso se diferenciar seriam, internamente, negros e índios e, externamente, as repúblicas vizinhas representadas como instáveis e bárbaras. Esta representação dos países vizinhos «trouxe consequências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região» (M. Guimarães 7). Assim, as rivalidades entre os países eram fortalecidas por uma leitura de história que identificava os vizinhos como inimigos e buscava aproximação com o elemento europeu.

Maria Lígia Prado (2001) entende haver, no Brasil, um imaginário que pensa os vizinhos como outra América. Para a autora, as leituras da história do Brasil desenvolvidas pelo IHGB seriam um marco na construção dessa ideia, já que, comprometido com o Estado monárquico, o Instituto via as repúblicas vizinhas como instáveis e caóticas. Apesar das rivalidades e da visão negativa sobre os países republicanos desenvolvida no IHGB, muitos intelectuais vizinhos foram admitidos no Instituto. Este foi o caso de Lamas em 1848 e de Mitre em 1871. Tomás Sansón Corbo (*El espacio historiográfico* 2011) informa que durante a Guerra Grande, muitos intelectuais do Prata foram incorporados ao IHGB, como ocorreu com Lamas. A estes ingressantes estrangeiros, exigia-se a doação de documentos históricos que acabavam sendo utilizados pelos diplomatas imperiais a fim de obterem vantagens nas disputas territoriais com as repúblicas vizinhas.<sup>[1]</sup> Sansón Corbo destaca que estes homens foram recebidos positivamente por motivações geopolíticas e estratégicas que vão além das acadêmicas. Assim, «la actividad de los letrados rioplatenses en el IHGB tuvo un marcado cariz político. Desarrollaron una intensa propaganda procurando involucrar al Imperio en una alianza militar contra Rosas» (Sansón Corbo, «Andrés Lamas y la influencia» 68). Ao mesmo tempo, adquiriram conhecimentos práticos e historiográficos que procuraram aplicar depois no Uruguai e na Argentina. Neste contexto, em 1848, Lamas ingressa na instituição como sócio correspondente. A experiência foi fundamental na sua formação intelectual e o inspirou na tentativa de institucionalização dos estudos históricos no Prata.

Sansón Corbo chama a atenção ainda para «la persistencia de Andrés Lamas y Bartolomé Mitre que, inspirados en el ejemplo brasileño, buscaron, y con el tiempo, lograron, crear condiciones favorables para el desarrollo del conocimiento histórico en Argentina y Uruguay» (Sansón Corbo, *El espacio historiográfico* 117). Além disso, «la concepción brasileña, que suponía la construcción de la historia nacional como proyecto oficial y anclado en lo heurístico, influyó de manera determinante en los autores rioplatenses» (Sansón Corbo, *El espacio historiográfico* 128). Para o autor, Mitre e Lamas teriam transformado a escrita da história nacional em projeto, fundamentado na ideia de verdade a partir de fontes documentais, por influência do IHGB (Sansón Corbo, *Despertar en Petrópolis* 2015). Esta influência teria começado a se diluir nos anos 1870, com a consolidação dos Estados nacionais platinos e a definição de suas

narrativas patrióticas. É neste momento que Mitre se torna sócio da instituição. A forte relação com Lamas certamente contribuiu para que se mantivesse conectado a ela ao longo das décadas e como parte de uma rede que o alçou à condição de sócio honorário. Havia um diálogo que envolvia estes três agentes e o IHGB, com sua história nacional e sua rede de sociabilidade.

Mitre e Lamas eram ainda criticados em seus países pelas leituras positivas que reverberavam acerca do Império brasileiro. Leituras estas amplamente produzidas e divulgadas pelo IHGB. As aparentes características de unidade e conciliação interna atraíam Mitre e, de certo modo, pareceram servir de exemplo na busca por unidade nacional em seu país. Não por acaso, em 1875, Mitre escreveu a Paranhos, já Visconde do Rio Branco, elogiando-o por combater as revoluções violentas no Brasil e se afirmando enquanto um garantidor da unidade nacional na Argentina que criaria meios para que as revoluções não tivessem razão de ser (Mitre 1875). Esta concepção de revolução conservadora alimentou a construção do Estado imperial centralizado e fundamentou boa parte do pensamento político brasileiro ao longo do século XIX. Além disso, era defendida pelos historiadores do IHGB de modo a homogeneizar uma visão de Brasil. Retomando o que diz Manoel Salgado Guimarães, «articulada ao projeto de construção da nação, a escrita da história nacional tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo» (M. Guimarães 13). Portanto, o discurso do IHGB visava também a um público externo que deveria perceber no Império um exemplo de estabilidade e civilização. Lamas, como vimos ter expressado em seu manifesto de 1855, entendia que a viabilidade do Uruguai estaria diretamente relacionada a uma aliança com o Brasil. Apresentava visão bastante favorável ao país, ainda que defendendo os interesses uruguaios. Esta foi uma das principais críticas a ele direcionadas ao longo de sua trajetória política e diplomática - e mesmo após sua morte. Membros do IHGB e próximos a uma rede de sociabilidade imperial, Mitre e Lamas destoavam de muitos dos seus compatriotas opositores do Império. Por isso mesmo, as soluções de muitos dos tensos conflitos com o Brasil passavam por suas atuações, como foi o caso de Lamas de 1847 a 1862 e de Mitre na missão diplomática de 1872 quando negociou no Rio de Janeiro os limites do Paraguai após a guerra.

Segundo Sansón Corbo (*Despertar en Petrópolis* 2015), em trabalho sobre Lamas e a influência do Brasil na historiografia do Prata, o período no Império foi fundamental para a formação de sua cultura histórica, pois teria adquirido profundo conhecimento das práticas e concepções historiográficas dominantes no país. Isto ajudaria a compreender o caráter de algumas iniciativas institucionais e heurísticas no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. O autor mostra Lamas como articulador entre o campo historiográfico brasileiro e o incipiente espaço historiográfico rio-platense. Afinal, durante o século XIX na região apenas o Brasil possuía um campo historiográfico em formação e Lamas participava diretamente desse processo. Os demais países viviam instabilidade política e indefinição territorial. Sobre a produção historiográfica, Sansón Corbo lembra que até a Guerra da Tríplice Aliança, Uruguai e Argentina estiveram bastante unidos através de «un proceso de influencias mutuas y generación de redes de intercambio que posibilitaron el desarrollo de la disciplina, forjaron relatos nacionales coherentes e imaginarios sociales cohesionadores» (Sansón Corbo, *Despertar en Petrópolis* 40). Acrescenta ainda que os historiadores

de ambos os países formavam «una comunidad intelectual que superaba las fronteras territoriales» (Sansón Corbo, *Despertar en Petrópolis*<sup>40</sup>). Os historiadores rio-platenses custeavam, na falta de apoio institucional, livros, documentos e viagens, criando redes pessoais e intelectuais fundamentais para o desenvolvimento da disciplina em perspectiva dialógica. Estes vínculos teriam sido viabilizados, entre outros fatores, pelo exílio e pelo pertencimento a Lojas Maçônicas, como é o caso de Mitre e Lamas.

Mitre comparece pessoalmente à sessão de sua nomeação ao IHGB em 1871. Segundo ata datada de 01 de dezembro, o ex-presidente argentino «foi recebido por todos os membros do Instituto com a maior consideração, e tomou assento como sócio honorário» (RIHGB 350). O sócio Candido Mendes teria dito que o Instituto tinha a satisfação de receber Mitre, «que, além de distinto literato e notável historiador, muito se havia recomendado a esta respeitável corporação pela sincera amizade que votava ao Brasil, e ainda mais pelo desvelado interesse que tomava pela história e geografia da América» (RIHGB 350). Em seguida, Mitre discursa agradecendo a nomeação. No discurso, se diz discípulo do IHGB, instituição, que «perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminara o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana» (RIHGB 350). O Instituto, explorando um campo virgem, seria: «(...) o que com mais crítica e mais cópia de documentos havia estudado os ignorados tesouros da história e da geografia do novo mundo, tesouros que ainda estavam por descobrir-se, desde suas raças pré-históricas e suas civilizações primitivas extintas, até seu estado atual, assim na ordem física como na ordem moral» (RIHGB 350-351). Conclui declarando seu entusiasmo em participar das tarefas da instituição. Sua indicação foi assinada por Candido Mendes de Almeida, Olegario Herculano de Aquino e Castro, Francisco Baltazar da Silveira, Joaquim Antonio Pinto Junior, J. C. Fernandes Pinheiro e por Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

Mitre e Rio Branco se corresponderam, como vimos, e se encontraram em diferentes ocasiões com finalidades militares e diplomáticas. No início de 1865, o governo imperial havia exonerado o Visconde da sua missão no Prata. Por esta razão, o então presidente Mitre lhe escreve como forma de prestar solidariedade. Na carta, elogia os serviços de Rio Branco em especial no que se refere à conciliação dos interesses brasileiros com os dos países vizinhos e amigos. Diz sentir muito a saída de Rio Branco da missão e não questionar as ações do Imperador, mas acrescenta que, ao menos na Argentina, o Visconde deveria estar satisfeito por ter feito um trabalho em favor da paz. Nas palavras de Mitre:

... creo (...) poder asegurar por lo que respecta á la Nacion que presido, que V. E. debe estar satisfecho del modo como há desempeñado su mision cerca del Gobierno Arjentino, asi como de los nobles y jenerosos esfuerzos que há hecho siempre en favor de la paz á que siempre hemos propendido como regla invariable de nuestra política interna y externa (Mitre 1865)

Declarações de apreço por Paranhos e seu trabalho estão presentes em outra carta enviada por Mitre logo em seguida. Nela, Mitre fala da «bien merecida reputación y fama» do Visconde e afirma que ele deixou «inolvidables y gratos recuerdos» por onde passou, além de ter conquistado «alta estima y consideración» (Mitre 1865). Na mesma carta, refere-se à aliança entre a

Argentina e o Império brasileiro na conjuntura da Guerra da Tríplice Aliança, afirmando que ela seria fecunda para os aliados. Agradece ainda a coleção de tratados do Império que recebera de Paranhos e dá demonstrações de estima pessoal enviando recordações de sua família ao diplomata brasileiro.

Em 1871, quando Mitre esteve no Brasil, Paranhos era presidente do Conselho de Ministros, cargo que demonstra seu peso como rede de sociabilidade no Império. No ano seguinte, em 1872, o ex-presidente argentino voltou ao país. Desta vez, em missão diplomática na qual, entre outras personalidades, teve o Visconde como principal interlocutor. O contexto era de disputas territoriais após o fim da guerra. Em 9 de janeiro de 1872, foi fechado o tratado Loizaga-Cotegipe, fruto de acordos em separado com o governo paraguaio, no qual o Império brasileiro ficava com a terceira parte do Paraguai. O tratado encontrou forte oposição entre políticos e a imprensa argentina, que fez duras críticas ao Brasil. A crise atingiu ponto crítico quando, em 27 de abril, o Ministro argentino das Relações Exteriores, Carlos Tejedor, publicou uma nota de protesto contra o acordo que infringia as decisões do Tratado de Aliança de 1865. Na imprensa as críticas eram duras e recíprocas. Apesar das autoridades brasileiras naquele momento estarem prevenidas contra Mitre, ele teria sido considerado por Sarmiento, o então presidente, o nome mais indicado para acertar as questões pendentes com o Império, em grande parte por seu prestígio e contatos no país. Assim, em junho de 1872, o general foi designado como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial ao Rio de Janeiro. Entre outros objetivos estavam o reconhecimento do Tratado de Aliança pelo governo brasileiro e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas. Em carta enviada a Paranhos em 16 de fevereiro de 1872, antes da missão, Mitre se refere ao Visconde como «seu amigo particular» e lamenta que erros da diplomacia pudessem pôr em risco os esforços dos «hombres públicos del Rio de la Plata y del Brasil, para consolidar la amistad perpetua de estos países sobre intereses recíprocos y generales» (Mitre 1872). Vemos, portanto, como as atuações destes homens como historiadores e diplomatas se relacionam, sobretudo quando tratamos dos seus vínculos com o Império brasileiro.

Por fim, cabe mostrar o peso da questão nacional nas ideias de Mitre e Lamas, e o quanto esta percepção da história enquanto constitutiva da nação e da nacionalidade também traz influências do IHGB. Na Argentina, Mitre buscou a construção de unidade e de um ideal nacional através da guerra, da política e da história. Fez parte da geração de historiadores influenciados pelo romantismo que, após a queda de Rosas, em 1852, protagonizou a retomada dos estudos históricos em Buenos Aires. Estes homens conjugavam ação e pensamento com a finalidade de construção do país. Segundo José Luis Romero, eles precisavam, sem cair na oposição entre unitários e federais, resolver «el problema de la organización del país unificado, suscitado por la conducta de Buenos Aires y por el odio que el interior manifestó contra ella» (Romero 7). Mitre colocou questões urgentes a serem pensadas no exame do passado, como a existência da nação e a organização dos seus elementos sociais. Para Tulio Halperin Donghi, ele atuou diretamente na construção de uma história da Argentina que era pela primeira vez a história de uma nação, elevando-a «a protagonista única del proceso histórico» (Halperin Donghi 57). As disputas políticas nas quais se envolvia são

fundamentais na compreensão do pensamento mitrista pela conjugação entre política e história.

Elías Palti, ao comparar a relação entre a imaginação histórica e a construção de identidades nacionais no Brasil e da Argentina, afirma que as histórias nacionais ao longo do século XIX revelariam um curso unitário e evolutivo no qual a nacionalidade se constitui progressivamente através de períodos necessários ao seu desenvolvimento. Era preciso encarnar valores que justificassem sua existência e sua defesa diante de ameaças internas e externas. Acreditava-se, e isto era central em Mitre, que a história continha «las claves para la edificación del nuevo ordenamento institucional» (Palti 49). A partir destas premissas, o autor compara as escritas da história nacional nos dois países. Na Argentina, na primeira metade do século XIX, a elaboração do passado por meio de um conceito genealógico se mostrou inviável. Já no caso brasileiro, a história do Imperador e a história nacional acabaram se confundindo e haveria aqui as três pautas fundamentais para a articulação de uma consciência nacional: unidade, exclusividade e universalidade. Sobre estas bases teria se construído uma poderosa tradição historiográfica no IHGB, cuja primeira síntese fora a *História Geral do Brasil* de Varnhagen (1854). Para Palti, o caráter menos traumático de afirmação de um Estado centralizado no país sustentou uma aliança entre o saber histórico e o poder político que tomou forma no Instituto. No mesmo período na Argentina, os jovens da geração de 1837, entre eles Mitre, não viam sentido em discutir um passado que levava a Rosas. A revalorização do passado histórico teria se dado, portanto, após sua queda.

Fabio Wasserman (2008), ao estudar os meios pelos quais se procurou dar forma ao conhecimento histórico na região e as representações do passado pelas elites entre as décadas de 1830 e 1860, apresenta o papel do historicismo romântico neste período. A essência dos fenômenos sociais estaria em sua historicidade e a principal forma de compreendê-los seria a partir da história. Assim, o conhecimento do passado se tornou uma necessidade de primeira ordem para os que pretendiam entender, legitimar ou transformar a sociedade, algo que se difundiu a partir da década de 1830 no Rio da Prata. Uma das principais inovações do romantismo neste período foi o chamado «princípio das nacionalidades» a partir do qual as nações são entendidas como expressões dos povos que foram amadurecendo ao longo do tempo. Porém, a nação encontraria forma por meio da institucionalização dos Estados nacionais e apenas a história seria capaz de dar conta da trajetória e das características das nacionalidades. Não obstante, Wasserman (2008) aponta que este princípio, apesar da força do romantismo no Prata, não se fincou facilmente na região, já que durante boa parte do século XIX prevaleceu a ideia de que os poderes políticos seriam resultantes de acordos entre as províncias, entendidas como soberanas e capazes de decidir se queriam ou não se unir entre si. Assim, os românticos do Rio da Prata invocariam o romantismo em seus textos, mas não necessariamente na atuação política. Soma-se a isto uma importante particularidade local do movimento: seus membros demonstraram maior interesse pelos problemas do presente e pela construção do futuro do que pelo passado. A nação e a nacionalidade eram entidades a serem construídas e não frutos de uma história anterior. Apesar disso, alguns românticos defenderam a preexistência da nação argentina, e também

da uruguaia, que fundamentaria o Estado nacional a ser construído. O maior representante dessa perspectiva foi Mitre.

No Uruguai, segundo Caetano, a questão nacional está vinculada à centralidade dos partidos políticos. Assim, «esta dimensión política de la identidad nacional se asocia fuertemente al funcionamiento del sistema de partidos y expresa una fuerte índole democrático-integrativa» (Caetano, «Notas para una revisión histórica» 69). Para o autor, a história uruguaia é marcada por processos que colocam o problema do papel dos de «fora» na constituição das identidades dos de «dentro». Até muito tempo após se tornar Estado independente, o Uruguai apresentou fronteiras indefinidas, reforçou uma tradição exportadora orientada aos vizinhos e sua evolução demográfica acabou transformando-o num país de imigrantes. Nahum (2019) lembra do censo levantado por Lamas em 1843 no qual se estimou que o número de imigrantes chegados ao país desde a independência era de 50.000. Em Montevideu, neste mesmo ano, dos seus 30.000 habitantes, dois terços eram estrangeiros. O blancos, inclusive, viam Montevideu como uma cidade estrangeira (Nahum 87). Caetano lembra que este perfil cosmopolita da cidade poderia representar o triunfo da visão colorada de nacionalidade, caracterizada por «una conciencia nacional de matriz fuertemente cosmopolita identificada con valores e ideales universales que trascienden largamente las fronteras del país, en la que «lo interno» y «lo externo» no reconocen límites precisos» (Caetano, «Notas para una revisión histórica» 68). Porém, o tema da construção nacional seria mais complexo com representações coletivas que vão além dos vínculos partidários.

Soma-se a este debate, o fato de que a independência do país foi questionada em muitos momentos e resultou em um problema a ser resolvido em diferentes dimensões, sobretudo no que tange ao relacionamento com os vizinhos. Neste sentido, ainda segundo Caetano, não é de se estranhar que décadas depois importantes figuras continuassem duvidando da viabilidade da nação e propusessem como único caminho possível a associação com o estrangeiro. O autor cita como exemplo o manifesto fusionista de Lamas de 1855, visto anteriormente, que defendia enfaticamente a aliança com o Brasil como garantia para a ordem interna (Caetano, «Notas para una revisión histórica» 75). A questão da viabilidade nacional e a justificativa para a existência da nação apareciam frequentemente nos debates historiográficos do século XIX no país. Assim, apesar do conceito de nação ainda ser vago, a história aparece como um elemento fundamental da identidade nacional evocando-se aspectos que legitimassem as ações daqueles homens no presente e construindo-se um passado comum que unisse e justificasse a existência do Estado nacional. Durante a Guerra Grande, este processo sofre influências do pensamento europeu, já que a Montevideu sitiada era também um centro de recepção de imigrantes e de desenvolvimento intelectual (Alvarez, 2017). Montevideu que foi parte direta da formação de Lamas e Mitre neste mesmo período e palco da atuação de Paranhos entre nas décadas de 1850 e 1860.

Para Carlos Real de Azúa (1969), a história escrita no Uruguai no século XIX era paroquial e localista, uma história de personalidades civis ou militares, de próceres e de anti-heróis e das suas virtudes e defeitos. A finalidade era construir exemplos para a consciência nacional. Sabrina Alvarez (2017) aponta que esta escrita da história local se apresentava transpassada pelos interesses e olhares das

elites urbanas, com um espelho voltado para um ideal de civilização europeia, buscando-se, assim, as origens e as soluções para os problemas presentes. Estes homens que escreviam a história eram em sua maioria, liberais, introduziram-se nas letras através do periodismo, assumiram cargos políticos e atuaram também na docência, na jurisprudência e na diplomacia. Ainda não contavam com apoio financeiro para seus projetos, financiando-os eles mesmos, e «se vincularam a través de redes de relacionamento personal e intelectual con sus pares de la región, hecho que facilitó el intercambio de información e ideas, potenciado por el hecho de haber sido exiliados muchos de ellos, así como por la pertenencia a logias masónicas» (Alvarez 111).

Aspecto que fica claro na rede de sociabilidade apresentada neste artigo e que envolve Lamas, Mitre e Paranhos. No que se refere à maçonaria, ressaltamos que, além de todos serem maçons, Rio Branco era também líder do Grande Oriente do Brasil, cargo assumido em abril de 1870. Já as redes de intercâmbio construídas entre eles, e que aqui são pensadas a partir das atuações historiográfica e diplomática, viabilizaram projetos conjuntos, trocas de obras e documentos históricos e favoreceram o acesso a espaços de sociabilidade nos países vizinhos. Cabe mencionar algumas cartas nas quais Mitre e Lamas trocam materiais referentes ao Brasil e ao IHGB. Como Lamas viveu muito tempo no Brasil e possuía extensa bibliografia brasileira, costumava enviar a Mitre (por solicitação ou por iniciativa própria) trabalhos históricos sobre o país. Mencionamos aqui apenas alguns exemplos entre muitos possíveis. Em carta de 17 de dezembro de 1862, Lamas envia a Mitre uma coleção completa de 23 volumes da revista do IHGB até 1860. Sugere que Mitre verifique pelo índice o quão importante era a coleção. Diz que envia ainda outros livros seus com estudos sobre a produção agrícola no Brasil e sobre poetas e homens ilustres da província de Pernambuco (Lamas 1862). Em 22 de dezembro de 1862, Lamas envia a Mitre o livro *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*, de Varnhagen (Lamas 1862). Em 22 de outubro de 1872, Mitre pede a Lamas o livro *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, do Visconde de Cairu, para consulta sobre as campanhas de Artigas contra o Império brasileiro entre 1819 e 1820 (Mitre 1872).

O uso das redes diplomáticas para viabilizar o trabalho histórico também é evidenciado nas correspondências trocadas entre Lamas e Paranhos. Em 01 de novembro de 1861, Lamas afirma estar reunindo uma coleção de publicações brasileiras ou relativas ao Brasil, mas faltariam muitas, principalmente oficiais, por não serem encontradas nas livrarias. Estas estariam em ministérios ou instituições ligadas a Paranhos. Então, solicita que ele ordene que lhe dessem um exemplar destes impressos. Demonstra ainda especial interesse por mapas geográficos e topográficos (Lamas 1861). Em outra carta, trocada entre eles dez anos depois, em 13 de julho de 1871, Lamas comunica enviar por seu filho dois volumes com cópias do jornal *Liberal* de 1828 contendo documentos relativos à expedição de Misiones. A coleção seria raríssima e muitos destes documentos não estariam publicados em qualquer outro lugar. Afirma estar ainda realizando cópias de documentos não publicados que logo seriam enviados também a Paranhos. Pede, ao mesmo tempo, que Paranhos lhe envie cópias de publicações oficiais feitas no Brasil nos últimos anos, interessando-lhe particularmente os relatórios ministeriais (Lamas 1871).



Tratando de Lamas e do seu projeto de uma história nacional, Nicolás Arenas (2019) considera as redes de circulação e intercâmbio de materiais históricos e ideias fundamentais na produção historiográfica ainda incipiente. O autor aponta que a longa permanência de Lamas na Argentina e no Brasil teria viabilizado relações com diversos intelectuais locais. Por esta razão, seria esperado que ele fosse o escolhido para escrever, com recursos econômicos e logísticos do Estado, uma história do Uruguai (projeto que não chegou a ser concretizado). Para Arenas, os primeiros relatos da nação são fruto de redes transnacionais formadas por esses homens, o que permitiu enfrentar obstáculos como a dispersão, o desaparecimento de documentos e a falta de apoio financeiro. Por fim, cabe dizer que Lamas, assim como Mitre, teria conjugado influências de uma tendência filosofante e outra erudita da escrita da história, recorrentes no século XIX. Destaca-se, contudo, o fato de ter sido um dos primeiros a desenvolver a erudição uruguaia. Segundo Sabrina Alvarez (2017), sua aproximação com a erudição teria se dado justamente no Rio de Janeiro através do contato com o IHGB, inspirando-se, assim, na busca por reunir documentos para o conhecimento da história do Uruguai e do Prata. Isto o levou a diferentes projetos conjuntos, como veremos a seguir.

#### 4. Iniciativas institucionais e projetos históricos

O IHGB inspirou a criação de diferentes instituições históricas pelas Américas. Com esta motivação e os objetivos de construção de uma história nacional que carecia de documentos e condições de produção, em 1843, durante a Guerra Grande, Lamas criou o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. O projeto não foi à frente em razão da instabilidade política. Sua última atividade significativa se deu em maio de 1844. Contudo, nos permite reflexões importantes sobre os temas até aqui tratados. Em carta de 23 de maio de 1843, enviada ao Ministro de Governo e Relações Exteriores Santiago Vázquez, Lamas apresenta o projeto de criação do Instituto. Nele afirma serem as associações «el gran motor de los progresos del siglo», dando «nombre a las más preciosas conquistas de la civilización contemporánea». Deste modo, seria «una necesidad nacional bajo diversos aspectos» (Lamas, *Escritos selectos* 69). Os principais objetivos da instituição seriam: «promover el gusto por estos estudios, conocer y valorar las condiciones geográficas de nuestro país, los destinos a que ellas lo llaman; organizar su estadística, sin cuyo pleno conocimiento es imposible establecer sobre bases sólidas ningún sistema de administración y de rentas (...)» (Lamas, *Escritos selectos* 69). Acrescenta que outra tarefa importante seria «formar un depósito de manuscritos, libros, mapas, etc., pertenecientes a la historia antigua y moderna de estas regiones» (Lamas, *Escritos selectos* 69). Seriam salvos preciosos documentos que ou são destruídos ou são levados ao exterior onde não recebem a devida atenção. Outra utilidade do Instituto estaria no sentido de unidade política que poderia representar. A associação teria a capacidade de reunir todos os homens de letras do país que ali abririam mão de suas precauções e cores políticas (numa referência a blancos e colorados) para se dedicarem a temas de interesse comum. Segundo Lamas, isto os aproximaria e nivelaria suas opiniões reunindo-as em favor da pátria:

Grande interés y utilidad ofrece el establecimiento, si se le considera bajo otro punto de vista más inmediato. La reunión de todos los hombres de letras que tenga el país, llamados a despojarse, en las puertas del Instituto, de sus prevenciones y colores políticos, para entrar a él a ocuparse tranquilamente, en objetos de interés común y permanente, empezará por aproximarlos y acabará tal vez por nivelar las opiniones todas y reunir las en el centro de la utilidad y la gloria de esta Patria, en que tanto noble, bello y útil puede ejecutarse (Lamas, *Escritos selectos* 70).

Acrescenta que a criação do Instituto naquele momento acalmaria espíritos agitados pelas guerras e serviria como uma prova de postura civilizadora por parte do governo. Declara esperar que o governo acolhesse o projeto com patriotismo. Neste ponto, interessa-nos particularmente destacar que o caráter político-pragmático da história e seu papel na construção da unidade nacional estão presentes na carta enviada ao Ministro das Relações Exteriores, que, por sua vez, deveria encaminhá-la ao governo. Ou seja, o elo entre instituições históricas e diplomacia, defendido neste artigo, fica claro no encaminhamento da proposta.

Em seguida, Lamas apresenta as bases do Instituto, entre as quais ressaltamos a especial proteção do governo que nomearia os sócios fundadores. Eram estes que, por sua vez, nomeariam os sócios de número e correspondentes. Além disso, destacam-se como principais objetos de análise a história e a geografia do Rio da Prata, especialmente do Uruguai. A estatística também adquiriria um papel importante. Diferentes materiais deveriam ser compilados, como livros, memórias, manuscritos, mapas, desenhos e pinturas. Os sócios também deveriam se empenhar em abrir relações com o estrangeiro, sobre temas de sua competência, sobretudo para a aquisição de materiais. Nestas bases, aparece ainda a preocupação com a continuidade da instituição a partir da formação de jovens que se distingam nos estudos preparatórios para atuarem no cuidado com materiais e documentos do Instituto e, assim, formarem conhecimentos e aumentarem posteriormente o número de sócios (Lamas, *Escritos selectos* 71-75).

Em 25 de maio de 1843, dois dias depois, o Ministro Santiago Vásquez responde a Lamas informando do decreto que aprovava na íntegra o projeto apresentado e nomeando seus sócios fundadores. O tom patriótico se faz presente, bem como a percepção do papel do Instituto na legitimação da causa das independências do Rio da Prata. Entre os sócios fundadores nomeados, evidentemente, se encontra Lamas:

Y para cumplir con lo dispuesto en el artículo 6.º, el Gobierno nombra socios fundadores del Instituto Histórico y Geográfico Nacional, a los señores don Melchor Pacheco y Obes, Andrés Lamas, Teodoro Miguel Vilardebó, Manuel Herrera y Obes, Cándido Juanicó, Florencio Varela, Fermín Ferreira, José Rivera Indarte (Lamas, *Escritos selectos* 77).

... se declara que el Gobierno ha visto en ese pensamiento una prueba muy honrosa de las miras patrióticas y elevadas de su autor; y deseando solemnizar del modo que las circunstancias lo permiten, este día de gloriosa memoria para la América, decreta en él la creación de aquel Gran Establecimiento, depósito de los recuerdos y monumentos, de las hazañas y glorias que ilustraron la Causa de la Independencia de estas Regiones. Ténganse todos y cada uno de los artículos del proyecto, como resolución del Gobierno a cuyo fin se publicarán el día de hoy en este Decreto.

Y para cumplir con lo dispuesto en el artículo 6.º, el Gobierno nombra socios fundadores del Instituto Histórico y Geográfico Nacional, a los señores don Melchor Pacheco y Obes, Andrés Lamas, Teodoro Miguel Vilardebó, Manuel Herrera y Obes,

Cándido Juanicó, Florencio Varela, Fermín Ferreira, José Rivera Indarte (Lamas, *Escritos selectos* 77).

Como dissemos, a instituição não teve vida longa, mas inspira Mitre na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, em 1854 (cujas atividades foram encerradas entre 1859 e 1860). Posterior à queda de Rosas, este é um contexto no qual começam a ser gestadas na região do Prata as condições necessárias para o desenvolvimento das historiografias nacionais e de associações destinadas a diversos propósitos, como as letras e as ciências. Estas instituições permitiriam favorecer ou estreitar relações com personalidades e instituições afins da Europa e de outros países americanos, como o Brasil. Para Wasserman, «dicho contacto no solo legitimaba la existencia de estas asociaciones, sino también la de sus socios, quienes gustaban ser reconocidos como corresponsales de tan prestigiosos centros» (Wasserman 85). Elas tiveram, contudo, sua consolidação dificultada por disputas políticas e regionais e por problemas financeiros, já que não eram diretamente apoiadas pelo Estado.

Neste ponto, cabe menção ao papel destes institutos históricos. De acordo com Tomás Sansón Corbo, os historiadores argentinos e uruguaios estiveram relacionados por um intenso intercâmbio cultural, formando uma comunidade que ia além das fronteiras nacionais. Neste processo, constrói-se o que o autor denomina como «espacio historiográfico rioplatense» (Sansón Corbo, *El espacio historiográfico* 27) que deve ser pensado de forma multidimensional e dinâmica e que muito se fortaleceu na segunda metade do século XIX. Esta perspectiva coaduna-se com o que diz Wasserman sobre a conveniência de se considerar o Rio da Prata, embora não homogêneo, «como unidad de análisis espacial» (Wasserman 30), já que prevalecia uma indeterminação sobre a organização política da região ainda em meados do Oitocentos. Assim, o dinamismo destes homens impede de fechá-los em fronteiras.

Por esta razão, é relevante pensar a historiografia rio-platense e não apenas nacional nestes países. Ainda que em outro nível de desenvolvimento do trabalho historiográfico, fortalecido pelo investimento do Estado imperial, o Brasil também participa deste processo, já que o intercâmbio com o país era intenso. As redes de intercâmbio eram necessárias para sanar as dificuldades de acesso a materiais, de modo que o desenvolvimento da disciplina deve ser pensado a partir de uma dimensão dialógica. As amizades oriundas do exílio nas décadas de 1830 e 1840 duraram muitos anos. O pertencimento à maçonaria, a atuação em cargos governamentais e diplomáticos e na criação de instituições reforçavam ainda mais estes laços. Para Corbo, um dos principais circuitos de trocas intelectuais que fomentaram o desenvolvimento do conhecimento histórico no período foi justamente a relação entre Mitre e Lamas. Interlocutores constantes, eles representam «los vínculos, redes y circuitos de relacionamiento intelectual entre los historiadores rio-platenses y de estos con otros de América Latina y Europa» (Sansón Corbo, *El espacio historiográfico* 41). Juntos, eles criaram os Institutos aqui analisados, sendo diretamente influenciados pelo IHGB. A inserção mútua em institutos históricos foi uma importante via por eles utilizada no fortalecimento de suas redes.

Mitre foi convidado por Lamas à participação no Instituto do Uruguai. O uruguaio, por sua vez, foi convidado por Mitre para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata. Responde ao convite prometendo

o estreitamento dos laços com o IHGB, o que reforça o papel de Lamas na construção de uma ponte entre Mitre e o Instituto:

Inútil decir a usted que he sabido con satisfacción la creación del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, y que aceptaré agradecido el honor de pertenecerle. Deseo que usted sea más feliz que yo, esto es, deseo que las turbaciones y las miserias públicas no impidan la realización fecunda de su obra. Usted puede contar con mi cooperación para la Revista. Me encargaré también de ponerlo en íntima relación con el Instituto de Brasil, del que soy miembro, como lo soy de muchas otras asociaciones europeas, consagradas a estudios históricos y geográficos (Lamas 1854).

Ambos estiveram envolvidos também em outros projetos de intercâmbio intelectual e historiográfico, como, já nos anos 1870, a *Revista del Río de la Plata*, a série *Biblioteca del Río de la Plata* e a aquisição de arquivos inéditos para a história do Rio da Prata em arquivos europeus. A primeira edição da Revista foi enviada ao IHGB por Lamas em 20 de março de 1872. A preocupação com a circulação dos projetos entre instituições que os legitimassem é bastante clara. A *Biblioteca del Río de la Plata* foi publicada por Lamas com a colaboração de Mitre e de Juan María Gutierrez a partir de 1873. No prospecto de sua criação, Lamas diz que após ser nomeado em 1849 para escrever a *Historia de la República Oriental del Uruguay* pelo governo da Defesa de Montevideú, não encontrou os documentos e livros necessários para o desempenho do encargo. Com isto, teria se tornado convicto de que a tarefa mais meritória que sua geração poderia desempenhar seria a de descobrir, ordenar e salvar monumentos e materiais históricos que estavam dispersos e maltratados e que vinham desaparecendo pela destruição e pela saída para o exterior. Lá ele teria encontrado documentos importantes do Rio da Prata que haviam sido adquiridos como mercadoria. Assim, dando início a sua tarefa teria reunido muitos e preciosos documentos inéditos e livros estrangeiros de difícil aquisição que seriam úteis para o estudo da história física, política e literária dos países da região. Diz que agora iria imprimi-los para salvá-los e colocá-los ao alcance de todos. Afirma ainda que para aumentar o número de obras nesse processo, pedira ajuda a Mitre e a Gutierrez.

No mesmo período, foi aprovado pelo governo argentino o decreto de 24 de fevereiro de 1872 que criava uma comissão, composta por Mitre, Gutierrez e Vicente Quesada, com o objetivo de formar um cartulário de celebridades argentinas. Lamas, que então vivia no país, informa que, além desta função, a comissão também vinha atuando na conservação e no aumento dos documentos históricos inéditos da biblioteca pública. Com o objetivo de ampliar este serviço e de agregar ao referido decreto, o governo aprovara outro no dia 18 de fevereiro de 1873 encarregando o diretor da biblioteca pública de solicitar em uma viagem a Europa cópias de documentos manuscritos que pudessem ilustrar a história colonial do Prata e que se encontram nos arquivos e bibliotecas da Espanha. Esta nova comissão deveria ser composta por Mitre, Fidel Lopez, Gutierrez e Lamas. Mas, Mitre não pôde aceitar a tarefa em razão de compromissos públicos — certamente, com as missões diplomáticas de 1872 e 1873, no Brasil e no Paraguai, nas quais negociava questões territoriais após a guerra.

Lamas redigiu instruções para os trabalhos da comissão na Europa. Nelas são feitas referências a documentos que Varnhagen também teria copiado por lá e que estariam publicados na *Revista do IHGB*. Estas publicações são utilizadas como referência para se saber onde estavam os documentos. Fala da importância

do projeto: «... la verdadera y detallada historia del descubrimiento de estos países todavía no está escrita, y no puede escribirse, sino en presencia de los documentos auténticos, que aun no han llegado a nuestro conocimiento, y que es forzoso buscar, ó mas propriamente, rastrear en los archivos de Indias» (Lamas, *Biblioteca del Río de la Plata* 10). Assim, dá uma série de indicações sobre o que deveria ser copiado na Europa e onde estariam os documentos. Fala do papel dos arquivos para a perpetuação de fatos e o cumprimento de direitos, bem como para que princípios e obrigações legados pelo passado chegassem ao presente e os do presente chegassem ao porvir:

La importancia de los archivos públicos no ha necesitado demostrarse, porque es intuitiva la necesidad y la conveniencia de perpetuar los hechos y los derechos de los pueblos, como los de los individuos, por la conservacion de los documentos en que están consignados.

La existencia (...) de los establecimientos destinados, bajo una denominación cualquiera, á la conservación de las actas y documentos públicos, es evidentemente una necesidad de todo orden social. Este era el único medio de perpetuar los hechos, de asegurar la ejecución y cumplimiento de los derechos que encierran, de anudar la cadena no interrumpida de las obligaciones y principios que lo pasado lega al presente y el presente al porvenir (Lamas, *Biblioteca del Río de la Plata* 36).

La importancia de los archivos públicos no ha necesitado demostrarse, porque es intuitiva la necesidad y la conveniencia de perpetuar los hechos y los derechos de los pueblos, como los de los individuos, por la conservacion de los documentos en que están consignados.

La existencia (...) de los establecimientos destinados, bajo una denominación cualquiera, á la conservación de las actas y documentos públicos, es evidentemente una necesidad de todo orden social. Este era el único medio de perpetuar los hechos, de asegurar la ejecución y cumplimiento de los derechos que encierran, de anudar la cadena no interrumpida de las obligaciones y principios que lo pasado lega al presente y el presente al porvenir (Lamas, *Biblioteca del Río de la Plata* 36).

O sentido político-pragmático da documentação também fica claro ao apontar os arquivos no seu tempo como um princípio prático de legislação e governo.

Vemos, assim, o quanto estes homens investiam na pesquisa histórica, sobretudo por meio da fundação de associações que favorecessem a troca e a circulação de ideias e documentos e da compilação de fontes para a história da região do Prata. Projetos que, como vimos, traziam inspiração no IHGB e na estabilidade que o Império oferecia aos espaços institucionais históricos.

## 5. Considerações finais

Para finalizar, reforçamos a conjugação entre três eixos principais de análise: o IHGB como importante local de sociabilidade no século XIX, não apenas para o Brasil, mas também para a região do Prata; a circulação de ideias, informações e documentos entre historiadores do Prata e do Brasil, sendo estes proeminentes homens do Império, como Paranhos; e a relação direta entre escrita da história e diplomacia no período. Através destes três eixos, é possível construir uma abordagem que rompa com a perspectiva do isolamento entre estes sujeitos e seus países sem eliminar, contudo, as rivalidades, os conflitos, as disputas

por poder e territórios. Sem eliminar, neste contexto, as guerras internas e externas, as intervenções militares, entre outros episódios mais explicitamente sangrentos que também marcaram a região. Ocorre que a própria tradição historiográfica da qual tratamos construiu naquele período de formação de nações e nacionalidades uma oposição entre monarquia e repúblicas atravessada pelas ideias de civilização e barbárie e pelo medo e desconfiança diante do outro. As heranças desta percepção em torno das relações entre os países seguiram por décadas, percorrendo todo o século XX de modo a silenciar os diálogos, os intercâmbios e os muitos projetos conjuntos ou separados, mas inspirados pelos contatos com os países vizinhos.

As relações entre monarquia e república, evidentemente, marcaram estes processos, mas não os definem integralmente e não eliminam as possibilidades de aproximação apesar das divergências políticas. Mais ainda, nos momentos de maiores conflitos frequentemente se recorria à conjugação entre história e diplomacia para a defesa dos próprios interesses. Além disso, os diálogos entre sujeitos com suas redes de sociabilidade eram acionados a fim de se viabilizar uma mediação e, conseqüentemente, uma solução para as disputas (por fronteiras, por navegação em rios, por vantagens em tratados...). E quando as tensões se aprofundavam, eram sujeitos como Mitre, Lamas e Paranhos, como vimos, os convocados a negociarem acordos. Sujeitos que circulavam amplamente e que se relacionavam com seus pares intelectuais, políticos e diplomáticos dos países vizinhos; não sujeitos isolados.

Cabe acrescentar que todos eles viviam um contexto comum de incertezas do período pós-independências. Entendendo o Estado e as relações políticas de forma diferente, todos, no entanto, precisavam atender às demandas do seu tempo. Neste processo, a história, de caráter político-pragmático, era acionada a fim de forjar coesão, continuidade e identificação, de legitimar o Estado nacional e de fundamentar políticos e diplomatas nas disputas do presente. Assim, todos entendiam o papel do arquivo, do documento, da suposta verdade histórica, dos grandes personagens, de uma história de caráter exemplar que orientasse o presente e construísse o futuro. Pautas presentes no IHGB e em seus representantes e que inspiraram historiadores vizinhos, com destaque para Mitre e Lamas, como buscamos demonstrar ao longo do texto. Afinal, segundo Tomás Sansón Corbo, «quien controla el pasado es capaz de influir sobre el presente» (Sansón Corbo, *La construcción* 14). Sabendo que conhecer o passado interferia diretamente na construção do presente e na projeção do futuro, Mitre, Lamas e Paranhos viam na história um instrumento fundamental de ação política, de defesa dos seus interesses e de fortalecimento do seu próprio poder e dos seus países. Por estas razões, defendemos que a relação entre história e diplomacia a partir da atuação de sujeitos históricos envolvidos nestas duas esferas, deve ser entendida como uma pauta de pesquisa que traz diferentes possibilidades de análise e permite descortinar episódios até então pensados de forma isolada.◇

## Obras Citadas

.

## Fontes

- Biblioteca del Río de la Plata - Colección de obras documentos y noticias inéditas o poco conocidas para servir a la Historia física, política y literaria del Río de la Plata - Prospecto.* Dirección Andrés Lamas. Buenos Aires: Imprenta Popular, 1873. Biblioteca Nacional de Uruguay - Sala Uruguay.
- Carta de Andrés Lamas a Bartolomé Mitre, nov. 14, 1854; Carta de Andrés Lamas a Bartolomé Mitre, dez. 17, 1862; Carta de Andrés Lamas a Bartolomé Mitre, dez. 22, 1862. MITRE, Bartolomé. *Correspondencia literaria, histórica y política del General Bartolomé Mitre*. T. 1. Buenos Aires: Coni, 1912, p. 129-130; p. 176-177; p. 180-181.
- Carta de Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos, nov. 01, 1861. Arquivo Histórico do Itamaraty.
- Carta de Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos, jul. 13, 1871. Arquivo Histórico do Itamaraty.
- Carta de Andrés Lamas ao IHGB, mar. 20, 1872. Archivo General de la Nación - Montevideu - Caixa 149.
- Carta de Bartolomé Mitre a Andrés Lamas, out. 22, 1872. Archivo General de la Nación - República Argentina - Archivo y colección Andrés Lamas.
- El Nacional*. Edições: ag. 06, 1839; mar. 26, 1840; set. 14, 1853; out. 17, 1853. Biblioteca Nacional de Uruguay.
- Escritos selectos del Dr. Andrés Lamas*. Tomo I. Montevideo: Arduino Hermanos, 1922. Anáforas.
- FUNAG. Carta de Bartolomé Mitre ao Visconde do Rio Branco, mar. 19, 1865; Carta de Bartolomé Mitre ao Visconde do Rio Branco, fev. 16, 1872; Carta de Bartolomé Mitre ao Visconde do Rio Branco, fev. 12, 1875. Cadernos do CHDD. Brasília, 2005, p. 165; p. 173-176; p. 191-192.
- Lamas, Andrés. *Andrés Lamas a sus compatriotas*. Rio de Janeiro: Imprenta Imp. Y Const. De J. Villeneuve y Comp., 1855. Anáforas.
- . Instrucciones para la adquisición en los archivos europeos de documentos inéditos que puedan ilustrar la historia colonial del Río de la Plata. Redactadas para desempeñar una comisión del gobierno de Buenos Aires. Buenos Aires, 1873. Biblioteca Nacional de Uruguay.
- Novos Estatutos. Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. IHGB.
- Revista do IHGB*. Tomo XXXIV, parte segunda, 1871, Rio de Janeiro, Brasil. IHGB.

## Bibliografia

- Albuquerque, Vanessa. *Memórias cruzadas: Paranhos, pai e filho, e a construção do território nacional nas páginas da imprensa carioca (1851-1909)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, UERJ, 2019.
- Altamirano, Carlos. «Introducción general». Em Carlos Altamirano (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Jorge Myers (Ed. del volumen). Buenos Aires: Katz, 2008, pp. 9-27.
- Alvarez, Sabrina. «La compleja articulación de una historiografía nacional en Uruguay». Em Tomás Sanson Corbo (Coord.), *La nación y la pluma. Escritura de la Historia en la región platense (siglo XIX). Autores, textos y tendencias*. Asunción: Tiempo de Historia, 2017, pp. 107-130.

- Arenas Deleón, Nicolás. «Un hombre para narrar la nación. Andrés Lamas y la Historia de la República Oriental del Uruguay». *Historiolo. Revista de Historia Regional y Local*, vol. 11, n.º 22, Julio-Diciembre 2019, pp. 97-125.
- Caetano, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. Montevideo: El Colegio de México, 2019.
- . «Notas para una revisión histórica sobre la cuestión nacional en el Uruguay». *Revista de Historia*, n.º 3, 1992, pp. 59-78.
- Cervo, Amado, y Clodoaldo Bueno. *A política externa brasileira-1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.
- Doratioto, Francisco. «O Visconde do Rio Branco: soberania, diplomacia e força». In: José Vicente de Sá Pimentel (Org.), *Pensamento diplomático brasileiro. Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*, vol. I. Brasília: FUNAG, 2013, pp. 263-299.
- Ferreira, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- Fradkin, Raúl, y Juan Carlos Caraviglia. *Argentina. La construcción nacional*. Madrid: Fundación Mapfre, 2011.
- Ginzburg, Carlo. «Tusitala e seu leitor polonês». Em *Nenhuma Ilha é uma Ilha: Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 91-113.
- Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.
- Guimarães, Manoel Salgado. «Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional». *Revista Estudos Históricos*, vol. 1, n.º 1, 1988, pp. 5-27.
- Halperin Donghi, Tulio. «Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina». *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 11, Tandil, 1996, pp. 57-69.
- Nahum, Benjamín. *Manual de historia del Uruguay. Tomo I: 1830-1903*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2019.
- Palti, Elías. «Imaginación histórica e identidad nacional en Brasil y Argentina. Un estudio comparativo». *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, n.º 174, jan-mar. 1996, pp. 47-69.
- Prado, Maria Ligia Coelho. «O Brasil e a distante América do Sul». *Revista de História*, 145, 2001, pp. 127-149.
- Real de Azúa, Carlos. «El Uruguay como reflexión (II)». *Capítulo Oriental 37. La historia de la literatura uruguaya*. Montevideo: Centro Editor de América Latina, 1969, pp. 577-592.
- Ricupero, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil. 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- Romero, José Luis. *Mitre. Un historiador frente al destino nacional*. s/l: s/n, 1943.
- Salles, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- Sansón Corbo, Tomás. «Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la historiografía rioplatense en el siglo XIX». Em KLEIN, Ana Inez et al (Orgs.), *Estudos de História Regional Platina* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, pp. 63-82.



- . *Despertar en Petrópolis: Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX*. Montevidéo: Sicut Serpentes, 2015.
- . *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2011.
- . *La construcción de la nacionalidad oriental. Estudios de historiografía colonial*. Montevidéo: Departamento de Publicaciones, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2006.
- Wasserman, Fabio. *Entre Clío y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Teseo, 2008.

## Notas

[1] Cabe aqui a transcrição do artigo 6º dos Estatutos do IHGB de 1851: «Para ser admitido na qualidade de Sócio efetivo deverá o candidato apresentar trabalho próprio acerca da história, geografia ou etnografia do Brasil; quer esse trabalho seja inédito, quer já estampado, uma vez que ele abone a capacidade do autor, o qual, estando completo o número de Sócios efetivos, será recebido na qualidade de correspondente. Para ser Sócio correspondente é necessário que, além da suficiência literária do candidato, *ele ofereça ao Instituto uma obra de valor sobre o Brazil ou outra parte da America; ou algum presente importante para o museu do Instituto*» (Novos Estatutos 4). Grifo nosso.